

Mãos de Cabo Verde: caminhos e desafios da produção do artesanato “genuinamente” cabo-verdiano

Carla dos Santos
Eloisa Freire Gonçalves Cardoso
Vinícius Venancio

Introdução

E notável que, nas últimas duas décadas, o fluxo de turistas em direção ao país-arquipélago de Cabo Verde aumentou substancialmente, chegando a superar 800 mil chegados em 2019, último ano “regular” antes da eclosão da pandemia da Covid-19. Neste período, o país foi considerado “a joia da África Ocidental”. Se para quem não conhece Cabo Verde essa pode parecer uma cifra modesta, percebe-se o impacto dela se levarmos em consideração o fato de que a população total do país⁶⁸ não ultrapassa os 600 mil habitantes. Com essa intensa chegada de estrangeiros temporários, especialmente aqueles vindos do norte global, o país se vê passando por mudanças na sua composição, na oferta de serviços e em seu cotidiano, especialmente, mas não exclusivamente, nas chamadas “ilhas do Sol”, nomeadamente Boa Vista e Sal, lugares onde o turismo de sol, areia e mar é mais comum.

Nesse contexto de muitas mudanças, muitos grupos perceberam o turismo como um setor a partir do qual se poderia auferir renda e a partir das demandas dos turistas. Neste sentido, uma das disciplinas do turismo que viam

68 Sobre essa questão, vale trazer uma consideração: Cabo Verde é considerado por seus estudiosos e analistas um país de diáspora, cuja população emigrada é estimada em números que variam entre meio e um milhão de pessoas.

a demanda crescer, mas que até o início da década de 2000 não havia mercado interno para abastecer, era a da produção e venda de *souvenirs*⁶⁹. Muito embora Cabo Verde seja um país de forte emigração, o que faz com que haja um circuito de produção de *encomendas de terra* – produtos do cotidiano dos nacionais que são requeridos por aqueles que estão na *terra longe*, como o *grogue* (aguardente), cerâmicas, café, etc. –, estes não estavam disponíveis de forma localizada, ou seja, em lojas específicas –, assim como em tamanhos ideais e de forma a suprir a demanda do público do turismo.

Com a escassez de produtos *made in Cabo Verde* nessa área, os imigrantes da costa oeste-africana – especialmente da Guiné Bissau e do Senegal – e os chineses viram uma nela possibilidade de conformar um campo comercial. Assim, nos principais mercados e lojas das ilhas de Cabo Verde eram (e ainda são) encontrados ímãs, canecas, chaveiros e cangas vindas do país asiático, além de máscaras, estatuetas antropomórficas e de animais da savana africana provenientes da África Continental. Todavia, a partir do início da década de 2010, viu-se crescer um movimento nacional para ocupar o comércio de *souvenirs* com aqueles que fossem “genuinamente cabo-verdianos”, seja a partir de iniciativas de organizações não governamentais, do governo ou de artesãos que se associam.

Uma delas, que é tema do presente texto e a partir de onde as autoras se encontram, é a Mãos de Cabo Verde, criada e gestada pela Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV). Uma das primeiras definições do que seria o artesanato “genuinamente” cabo-verdiano foi dada por Eloisa Cardoso, uma das autoras do texto, em entrevista a canais de comunicação sobre o Mãos de Cabo Verde. Naquele momento, a autora do texto e então coordenadora do projeto afirmou que

o artesanato genuinamente cabo-verdiano foi recentemente recuperado por dezenas de mulheres que, organizadas em cooperativas, criaram uma marca e divulgam agora produtos como objetos em pedras vulcânicas do Fogo, cerâmica de Santiago ou acessórios com “panu di terra”.

A iniciativa da Organização das Mulheres de Cabo-Verde (OMCV) e de uma outra organização não governamental italiana (Persone Come Noi), visou combater a ausência de artesanato verdadeiramente cabo-verdiano no mercado

69 Como foi afirmado para Vinícius na altura do seu trabalho de campo por July, um jovem guineense que vende *souvenirs* da África continental na Cidade Velha, “agora é que mais cabo-verdianos vendem [*souvenirs*]. Antigamente, em 2007/2008, era só pessoal da costa”.

e impedir que esta falta continuasse a ser preenchida com produtos alusivos ao país, mas “made in” China ou proveniente de outros países africanos.

“Notámos, no nosso trabalho no terreno, que o artesanato cabo-verdiano estava pouco conhecido e que este nosso artesanato não chegava aos turistas para que estes pudessem comprar algo genuinamente cabo-verdiano e levar como souvenir para o seu país de origem”, disse à agência Lusa a secretária-executiva da OMCV, Eloisa Cardoso (Expresso das Ilhas, Lusa, 2018).

Foi a reportagem cujo trecho é apresentado acima que uniu as autoras desse texto. Do lado leste do Atlântico, em Cabo Verde, Carla e Eloisa trabalhavam sem parar para fazer o projeto “Mãos de Cabo Verde” alcançar as destinatárias e os objetivos previstos. Já do lado oeste, no Brasil, Vinícius encontrava o tema da sua dissertação: a produção de artesanatos “genuinamente” cabo-verdianos. Como forma de intensificar as relações construídas a partir da pesquisa de campo de Vinícius – quando este entrou em contato com as duas primeiras e passaram a cooperar, de diferentes formas, para o andamento dos seus projetos –, tecemos o presente texto a seis mãos⁷⁰.

70 Temos em mente, logicamente, às questões que permeiam a relação entre interlocutoras e pesquisador, assim como aquela que marca o regime de conhecimento vigente. Por um lado, compreendemos, assim como Strathern (2014) faz ao decorrer dos textos da coletânea *O Efeito Etnográfico*, que o conhecimento etnográfico se transforma em dados e os dados em informação, possibilitando, assim, a criação da peça a partir das seis mãos por meio de diferentes contribuições, como entrevistas, documentos, etc. Ainda, tendo em vista a construção da nossa relação e trocas fundada em outros regimes de conhecimento para além do acadêmico, retomamos, também, o pensamento de Carneiro da Cunha (2009) para indicar que se a ideia de propriedade intelectual ocidental está alicerçada na noção de indivíduo moderno e no sujeito jurídico, esta produção é realizada a partir de um regime de conhecimento compartilhado que indica relações mais amplas e profundas que não se findam apenas na dicotomia interlocutoras (Eloisa e Carla) e pesquisador (Vinícius), como também relações de afeto – que envolvem dádivas e contra dádivas – e outras relações de poder. Podemos pensar no fato de Eloisa ser atualmente a presidenta da OMCV e uma das principais figuras nacionais no debate de gênero; Carla a principal voz do Mãos de Cabo Verde, Vinícius um doutorando em uma universidade de prestígio brasileira, ou também pela via das nacionalidades. Ou seja, é um convite, também, ao olhar interseccional para além das perspectivas cristalizadas que a Antropologia que todo interlocutor é hierarquicamente inferior e todo antropólogo detém o poder irrestrito das palavras. Desta forma, veremos trechos de conversas gravadas por Vinícius, de documentos redigidos por Carla e Eloisa, assim como entrevistas à mídia dadas por Eloisa – diferentes fontes que indicam os diferentes lugares ocupados pelas autoras. Por fim, se a lógica do conhecimento é de colaboração e cooperação a partir da implicação e do afeto, a escrita deve acompanhá-la, mesmo que isso signifique estabelecer uma ficção de posição igualitária como crítica às posições que os sujeitos ocupam no sistema convencional de produção de conhecimento.

Aqui, partirmos de diferentes perspectivas de produção das informações. Enquanto Carla e Eloisa possuem uma visão de longa duração, de proximidade com o projeto como um todo e marcada pelo vínculo institucional com a OMCV, visto que ambas foram em momentos distintos coordenadoras do projeto; Vinícius parte do olhar da pesquisa etnográfica, com relações tecidas entre as cooperadas que residem na Ilha de Santiago e com vínculos com artesãs/comerciantes que vão para além do projeto. Baseado nesse diálogo, pretendemos, aqui, propor um texto fruto das conversas tecidas pelas três autoras em diferentes momentos, assim como dos dados produzidos por elas e os documentos institucionais do Mãos de Cabo Verde, redigidos por Carla e Eloisa.

Desta forma, temos por objetivo pensar analiticamente o projeto Mãos de Cabo Verde e as mudanças que ele promoveu no campo do comércio de *souvenirs*. A pergunta que nos move é: qual a importância, no cenário cabo-verdiano, de termos mulheres produzindo *souvenirs* que sejam “genuínos” do seu país? Para responder ao questionamento, dividimos o texto em três partes centrais. Na primeira, discorremos sobre o projeto e a sua difusão pelo país. Na sequência, interessa-nos compreender o que constitui o “genuinamente” cabo-verdiano no âmbito dos *souvenirs*. Na terceira parte trazemos reflexões sobre as dificuldades que o Mãos de Cabo Verde encontra, esbarrando no impacto da pandemia da Covid-19 na continuidade do projeto. Sigamos!

Mãos de Cabo Verde

A Organização das Mulheres de Cabo Verde foi a primeira organização não governamental (ONG) cabo-verdiana voltada para a promoção dos direitos e dignificação das mulheres. Sua fundação ocorreu em 27 de março de 1981 por “várias mulheres que participaram no processo da luta de libertação nacional” (Castilho, 2014). Seu surgimento se deu no bojo dos trabalhos da I Década da Mulher da Organização das Nações Unidas (1976 – 1985) e na sequência da independência cabo-verdiana frente ao jugo colonial português, ainda durante o regime de partido único do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV)⁷¹. Esse foi um momento de efervescência das questões

71 Vale pontuar que esse era um momento delicado politicamente, visto que a política cabo-verdiana havia acabado de romper com seus aliados guineenses, com quem cabo-verdianos travaram a luta pela independência lado a lado, em razão do golpe de Estado ocorrido na Guiné Bissau em 1980.

sobre as mulheres pelo continente africano que, na escassez de recursos financeiros, aproveitavam a injeção de capital pelas grandes agências internacionais para promover políticas e programas contra a desigualdade enfrentada pelas mulheres.

Durante o regime de partido único, a OMCV possuía fortes vínculos com o governo, atuando como o braço da sociedade civil que promovia e centralizava os debates sobre a situação das mulheres no pós-independência. “Assim, criou-se a Organização das Mulheres de Cabo Verde – OMCV, a fim de dar respostas a problemáticas relativas ao então conceito político de mulher” (Semedo, 2009, p. 78).

Naquela altura, as instituições nacionais ainda eram relativamente jovens e careciam de legitimação e consecutiva naturalização, como bem aponta Mary Douglas (1996) ao abordar o processo de funcionamento das instituições. Com a baixíssima representação das mulheres no cenário político oficial (Monteiro, 2015, p. 197–198, 240–244), muito embora Cabo Verde seja constantemente representado como um país de mulheres fortes e centrais para a sua reprodução social (Lobo, 2017), a criação da OMCV passa a suprir de maneira positiva as demandas para os debates sobre a situação das mulheres no contexto pós-colonial em que o país se encontrava.

Após a abertura democrática consolidada pelas primeiras eleições multipartidárias em 1991, viu-se, no país, a pluralização das ONGs que debatiam a questão das mulheres/de gênero. É nesse período em que o termo “mulheres” é progressivamente substituído por “gênero” no debate internacional, complexificando o binarismo homem/mulher imposto pelo norte global e trazendo também os homens para o debate. Contudo, a ampliação do número de ONGs na área não fez com que a OMCV deixasse de ter um destaque no cenário nacional, como podemos ver ainda hoje.

Atualmente, seus principais eixos de trabalho são a “saúde, saúde sexual e reprodutiva, direitos da mulher, formação e capacitação profissional, educação pré-escolar, novas tecnologias de informação e comunicação, microcrédito, atividades geradoras de rendimento gênero, população e desenvolvimento e empreendedorismo feminino” (OMCV, no prelo), além da assessoria jurídica, emigração e remessas, artesanato e ambiente. Todas essas áreas são focadas no empoderamento econômico e pessoal feminino, visando afastar as mulheres de situações de vulnerabilidade social em um contexto de escassez de postos de trabalho formais.

Dentre os projetos criados e coordenados pela OMCV está o “Recuperação da Produção do Artesanato de Qualidade das Mulheres como uma Forma de Empoderamento e Desenvolvimento dos Sectores mais Vulneráveis”, que mais tarde veio a ser chamado de Mãos de Cabo Verde. Ele é realizado desde 2014 em parceria com a ONG italiana *Persone Come Noi*, a principal associada da ONG cabo-verdiana no âmbito do Mão de Cabo Verde. Além da ONG italiana, o projeto também conta com o apoio das entidades estrangeiras Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação, Fondation Assistance Internationale e da União Europeia; assim como das instituições cabo-verdianas Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas, Instituto do Emprego e Formação Profissional e do Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade do Género.

A necessidade de tantas alianças para concretização de um só projeto é, dentre outras coisas, um reflexo da realidade enfrentada por boa parte das ONGs localizadas no sul global, especialmente aquelas do continente africano. Como aponta Kaitlin Dearham (2020) em sua reflexão sobre ONGs de/para mulheres lésbicas no Quênia, essas instituições encontram dificuldades financeiras para garantir a sua sobrevivência, uma vez que boa parte dos financiamentos é proveniente de doadores externos. Essa situação coloca as ONGs em uma posição delicada devido ao fato de que, no contexto da cooperação internacional, a dívida é também uma constante. Neste caminho, vale ponderar, como aponta Kelly Silva (2008, p. 165) a partir do caso da construção do Estado-nação leste-timorense, que “as políticas de assistência internacional são também utilizadas como expediente para a construção de hegemonia dos doadores em diferentes países”.

No caso cabo-verdiano, investigadoras apontam que a contraditória recai, constantemente, nos discursos sobre família (Fortes, 2015, p. 152; Venancio, 2017, p. 61). A família chefiada afetivo-economicamente por mulheres, forma de organização social rotineira no país, é vista, seja pelas organizações internacionais, seja por intelectuais e/ou integrantes e instituições do governo cabo-verdiano (Correia e Silva, 2014, p. 79), como famílias desestruturadas⁷². Por não corroborar

72 Mais recentemente, a primeira-dama Débora Carvalho afirmou que “alguma desestruturação familiar está na base ou tem como consequência esses problemas que estamos a viver, esses crimes, a violência baseada no género e a violência contra a criança”, gerando burburinho na comunidade académico-militante que debate a questão das formas familiares em Cabo Verde (Inforpress, 2021), o que gerou comentários nos diferentes setores da sociedade cabo-verdiana.

essa percepção, uma vez que o “sonho da família nuclear e patriarcal” (Fortes, 2015, p. 151) pode significar, em alguns contextos, o encontro com a violência baseada no gênero (Silva, 2018), as ONGs tendem a se equilibrar em uma balança para viabilizarem os financiamentos. Ao evitar reproduzir de tal forma os discursos sobre as famílias monoparentais femininas, as contribuições das ONGs que fomentam a redução das desigualdades de gênero têm em seu trabalho uma via de garantir o empoderamento financeiro das beneficiadas.

Esse é o caso da OMCV. A partir do projeto Mãos de Cabo Verde, a ONG tem por objetivo promover a “recuperação da produção do artesanato de qualidade das mulheres como forma de empoderamento e desenvolvimento dos sectores mais vulneráveis” (Mãos de Cabo Verde, 2018). Coordenado inicialmente por Eloisa e até o momento por Carla, o projeto Mãos de Cabo Verde foi criado pensando em três objetivos gerais: i) o empoderamento das artesãs; ii) a recuperação da cultura material cabo-verdiana; e iii) gerar *souvenirs* na união do artesanato com o turismo. Pela importância e pertinência do empoderamento da mulher no âmbito do projeto a partir do enaltecimento do trabalho das mulheres pela via da recuperação do artesanato “genuinamente” cabo-verdiano, a OMCV foi laureada em 2018 com o Prêmio Solidariedade no âmbito da gala Somos Cabo Verde – Os Melhores do Ano.

Para além de “pôr o artesanato em circulação nos circuitos turísticos”, como apontou Eloisa em uma das conversas realizadas com Vinícius em meados de 2019, o foco do projeto é

recuperar a produção com sério risco de desaparecer. Começou por encontrar os últimos artesãos e em particular mulheres, porque em Cabo Verde as mulheres são as reais guardiãs do conhecimento do artesanato. Este projeto tem um triplo objetivo: devolver a vitalidade às autênticas expressões da cultura material do arquipélago, fortalecer o papel das mulheres, especialmente nas áreas rurais, mesmo como geradores de rendimento e, finalmente, para gerar rendimento através de produtos de alta qualidade. Isto é possível interceptando a demanda turística e recuperando a utilização dos produtos nacionais pela população cabo-verdeana e emigrantes. Assim sendo, iniciou-se com uma pesquisa nas ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão que historicamente sempre tiveram maior produção de artesanato (Organização das Mulheres de Cabo Verde, s.d., p. 8).

A escolha por esse público-alvo, nessas localidades, não se deu sem fundamentos. No que diz respeito à opção por privilegiar mulheres das zonas rurais, dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde apontam que elas tendem a ter menor acesso à instrução escolar se comparado aos homens, cuja diferença mais gritante está naqueles que cursaram o ensino superior, grupo no qual as mulheres representam apenas 26,9% (INE-CV, 2017, p. 51), além de as mulheres do universo rural terem menor escolaridade do que as populações urbanas.

Outro fator central diz respeito às mulheres serem a maioria das pessoas ativas no setor informal econômico cabo-verdiano (INE-CV, 2017, p. 53), tendendo a vivenciar mais situações de precariedade; receberem as menores remunerações (*Ibid.*, p. 56); e serem elas as mais oneradas pelas duplas e triplas jornadas de trabalho – especialmente aquelas não remuneradas – (Venancio, 2021, p. 125). Ainda, no mundo rural, a pobreza é mais acentuada se comparado com o universo urbano, com aproximadamente 68,8% da população considerada pobre ou muito pobre em 2017, sendo as mulheres a maioria das pessoas pobres (INE-CV, 2017, p. 66). Esses dados estatísticos, modelo primordial de controle e produção de conhecimento sobre/a partir do Estado, ajudam-nos a corroborar a ideia amplamente difundida de que, em Cabo Verde, a pobreza é feminina, sendo as mulheres as principais responsáveis pela reprodução econômica dos seus agregados familiares.

Por sua vez, a escolha das três ilhas que receberam as formações e cooperativas do projeto também é direcionada. Santo Antão e Santiago são conhecidas por serem as ilhas mais voltadas para atividades agropecuárias no país, sendo o mundo rural um espaço primordial para a produção de cerâmicas, panarias e cestarias, peças que compõem o mundo “tradicional” cabo-verdiano. Nelas aportou uma quantidade considerável de pessoas escravizadas provenientes do continente africano, que por sua vez trouxeram consigo técnicas artesanais de produção de peças das suas terras de origem. Já a Ilha do Fogo é onde está localizado o único vulcão ativo do país, fazendo das pedras vulcânicas uma matéria-prima central para o desenvolvimento de atividades artesanais e construção de casas, como os *funcos*⁷³.

73 Os *funcos* são as casas típicas da zona de Chã das Caldeiras, no Fogo, cuja base das paredes são as pedras vulcânicas, colocadas em forma circular, enquanto o telhado é coberto por palha.

Assim, cada ilha possui suas agendas de produção. Enquanto Santiago e Santo Antão têm uma predominância de cerâmica – e dentro do projeto a primeira ilha centraliza a produção de *panu di terra*, panaria tradicional cabo-verdiana (Carreira, 1983) –, na Ilha do Fogo há a produção, exclusivamente, de peças com pedras vulcânicas, todas elas em miniatura para facilitar o transporte por parte dos compradores.

De forma geral, o projeto passou por três momentos até a sua consolidação. O primeiro deles foi o levantamento das artesãs que já dominavam as técnicas de produção das peças – as mestras – para saber quantas elas eram, onde moravam e qual a sua especialidade. Na sequência, começaram a ser ofertadas as formações para as novas artesãs, estágio da capacitação no qual as mestras mapeadas na etapa anterior ocuparam o posto de “professoras” das aprendizes e, assim, transmitiam o conhecimento do modo de produção das peças.

As formações foram realizadas em cooperação com a União Europeia e contavam com sessões teóricas, momento no qual eram realizados debates sobre as questões de gênero, autocuidado e autoestima, a fim de que a emancipação econômica fosse acompanhada de uma compreensão outra do papel e do lugar da mulher na sociedade cabo-verdiana; e aulas práticas, que além de ensinar a técnica da produção do artesanato, contavam também com cursos de gestão de negócios, para garantir maior longevidade às cooperativas que seriam formadas a partir da união daquelas mulheres. As formações ocorreram nas áreas de *panu di terra*, costura e aplicação com *panu di terá*, cerâmica e moldagem de pedras vulcânicas.

Como as formações tinham como público-alvo – mas não se restringiam a⁷⁴ – mulheres que eram mães, com nenhuma ou pouca experiência na área e baixa formação educacional, elas foram adaptadas para que se aproximassem das realidades dessas mulheres. Ainda, a fim de evitar choques de horário com as responsabilidades cotidianas e familiares dessas mulheres, as formações ocorreram nas zonas de residência das artesãs e mestras para que a possibilidade de participação aumentasse e, assim, evitasse que as alunas precisassem gastar ainda mais tempo e dinheiro com o processo de deslocamento.

74 Dentre as 164 pessoas que realizaram as formações do Mãos de Cabo Verde, apenas três eram homens. A ausência de homens nessas atividades foi explicada a Vinícius por Dju, uma das oleiras de Trás-os-Montes, pela ideia de que eles precisariam conseguir dinheiro mais rápido, como foi o caso do seu compadre que fez a formação com ela, porém preferiu seguir para o ramo da condução de *Hillux*, realizando o transporte entre a Vila do Tarrafal e Ponta Furna, onde eles vivem.

O fato de que essas formações ocorreram na zona de residência das participantes, ao contrário da maioria das ofertadas pela OMCV, que costumam ocorrer nas diferentes sedes da ONG espalhadas pelo país – como a em culinária –, mostra o cuidado em não reproduzir o modelo hierárquico, elitizado e burocrático que as instituições não governamentais costumam adotar, como aponta Kaitlin Dearham (2020). Sendo a OMCV uma ONG constituída (majoritariamente) por mulheres e para mulheres cabo-verdianas, percebe-se a construção do senso de solidariedade feminina frente às lutas que são comuns a elas, mesmo que o grupo de “mulheres cabo-verdianas” não seja homogêneo, sendo atravessado por marcadores sociais da dominação como classe, escolaridade, estado civil, pertencimento geográfico, etc.

As duas primeiras fases, as etapas de desenvolvimento do projeto, ocorreram entre os anos de 2014 e 2017. A conclusão demorou para acontecer porque, durante o processo de recenseamento e formação das artesãs, o vulcão da Ilha do Fogo entrou em erupção (2014/2015). Assim, o lugar designado para a cooperativa de Chã das Caldeiras foi destruído, atrasando o processo de desenvolvimento do Mãos de Cabo Verde em todo o país.

Encerrada a fase de formações, chegou o momento de criação das cooperativas. Somadas àquelas que já existiam e as que foram criadas a partir do Mãos de Cabo Verde, 10 cooperativas se vincularam ao projeto. Em Santo Antão é possível encontrar as cooperativas Mulheres Empreendedoras de Porto Novo e Artesões de Ribeira Grande, especializadas em costura com aplicação de pano de terra e tecelagem, e a Mulheres Artesãs de Porto Novo, cuja atividade central é a cerâmica. Em Santiago, é possível encontrar as olarias Arte e Cerâmica, em Fonte Lima, e Ponto de Encontro, em Trás-os-Montes, e os centros de tecelagem Sulada, em Gouveia, Arte e Costura, em São Domingos e *Panu di terra Nós Tradiçon*, em Trás-os-Montes. No Fogo há duas cooperativas cujas artesãs trabalham com a moldagem de pedras vulcânicas, a Mulheres do Vulcão e a Remanescente do Vulcão.

A necessidade de se cooperativizar seria um ponto necessário para, além de criar o espírito de *djunta mon*⁷⁵, dar solidez e maior continuidade aos espaços, que estariam sempre abertos para receber novas associadas.

75 O *djunta mon*, “termo que em crioulo de Cabo Verde e da Guiné-Bissau significa juntar as mãos”, é um “um sistema competente de reciprocidade e solidariedade” que “assegura as trocas materiais num contexto de dificuldades e necessidades de garantir a sobrevivência” (ÉVORA, 2009, p. 11).

Ainda, criar cooperativas – e não associações de ajuda-mútua, como é comum no país e marca da sua identidade (Évora, 2009) – foi o meio pensado ao decorrer da institucionalização do projeto para evitar a descontinuidade e a desintegração do grupo, fatores característicos do associativismo nacional, dado, entre outras questões, os intensos fluxos que marcam as vidas dos nacionais.

Além das cooperativas de produção acima mencionadas, há uma cooperativa responsável exclusivamente pela comercialização do artesanato, que conta com uma representante de cada cooperativa de produção – preferencialmente suas presidentas – e Carla, que por ser a atual coordenadora do Mãos de Cabo Verde é responsável por realizar toda a mediação entre cooperativas e lojas de revenda. A cooperativa de comercialização existe para garantir o perfil e a dinâmica empresarial do projeto, focando em questões como a pontualidade das entregas, a qualidade e a quantidade dos produtos. Nesse braço administrativo do Mãos de Cabo Verde, as responsáveis recebem orientações da própria OMCV e retornos das clientes, que apontam possíveis melhorias na qualidade e na forma de transporte dos produtos.

No caso das cooperativas que não possuem sede física, foram criadas incubadoras locais nas quais as mulheres podem se reunir, por vezes na própria sede local da OMCV, para produzir e/ou guardar os seus produtos. Este é o caso, por exemplo, da cooperativa Arte e Costura, em São Domingos. Essas incubadoras possuem maquinário e atuam, assim como as cooperativas, como centralizadoras das atividades. Esse tipo de estrutura para receber as artesãs é recorrente, especialmente no caso do Fogo, ilha na qual as artesãs podem trabalhar em qualquer lugar devido à facilidade em encontrar a matéria-prima se comparado com a panaria, que requer um tear, e a olaria, que requer a *apanha* do barro e um forno para queimar as peças.

De forma geral, as cooperativas gozam de autonomia frente à OMCV, uma vez que excetuando a produção de *souvenirs*, cujo período de fabrico é circunscrito a depender da demanda e do período de alta dos fluxos turísticos, boa parte do tempo despendido pelas artesãs nas cooperativas é destinado à produção de peças que não têm por finalidade o mercado turístico. Esse conjunto de peças, que é costumeiramente vendido nas vizinhanças das artesãs e/ou nos grandes mercados dos municípios onde há cooperativas, não entra no planejamento da cooperativa de comercialização. Desta forma, há uma divisão laboral e de lucros explícita no que diz respeito ao tipo de produto que elas fazem. Para as peças produzidas para o Mãos de Cabo Verde, a produção

tende a ser mais coletivizada e o lucro irmãmente dividido. Já para os produtos de uso e demanda cotidiana, cada uma é responsável pela sua própria produção e, por isso, dona dos lucros auferidos com a venda deles.

Para consolidar o projeto dentro do cenário nacional e internacional, foi criada, por último, a marca do projeto, registrada no Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual. Consequentemente, foi construído o *marketing* em torno dela. O nome vencedor, Mãos de Cabo Verde, que intitula o projeto, foi inspirado em propostas de fomento à produção de artesanato já presentes em países latino-americanos.

Figura 1 - Logo do Mãos de Cabo Verde



Disponível em: <http://www.maosdecaboverde.com/sobre-nos>. Acesso em: 14 dez. 2021.

Figura 2 - Bule em miniatura com um pequeno informativo do Mãos de Cabo Verde que certifica o artesanato como “genuinamente” cabo-verdiano



Foto de Vinícius Venancio (2019).

A implementação do selo que certifica o artesanato feito por “Mãos de Cabo Verde” é um movimento importante no comércio de *souvenirs* em Cabo Verde para fazer a diferenciação entre o que é produzido no país e o que vem de fora, tendo em vista o cenário no qual os turistas do norte global, a partir da criação da ficção da “África” homogênea, acreditam que máscaras, cerâmica, estatuetas de animais da savana, etc., são representativas de todo o continente. Todavia, definir o que é o “genuinamente” cabo-verdiano não é uma tarefa de todo simples e requer uma reflexão especial. Para entender melhor o que significa esse movimento que vem ganhando força em Cabo Verde (Rovisco 2017, 2018), passemos para a próxima seção.

Construindo o “genuinamente” cabo-verdiano

Em virtude da centralidade que o turismo ganhou na economia cabo-verdiana, chegando a representar 1/5 do Produto Interno Bruto na última década, os anos 2010 foram marcados pela criação de marcas e discursos nacionais que deixassem o setor com a “cara” e o “espírito” do país. No âmbito macro, foram lançadas as campanhas nacionais “Cabo Verde: One Country, Ten Destinations” durante o governo do PAICV (2011 – 2016) e o *rebranding* desta, “Cabo Verde is Something Else”, ao decorrer da legislatura do Movimento para a Democracia (2016 – 2021). Ambas tinham por objetivo construir e vender uma determinada imagem do país para o exterior. Ambos os discursos veiculados a partir desses projetos se centravam na ambivalência identitária vivida por Cabo Verde, ou seja, a partir da criouldade, perspectiva fundacional da identidade nacional cabo-verdiana marcada por uma identificação que varia entre as suas matrizes formativas africana e europeia⁷⁶.

Como já anunciado, o campo da produção de artesanatos não ficou de fora. Por parte das legislaturas cabo-verdianas, foi criado o selo *Created in Cabo Verde*, que visava certificar artesãs/ãos nacionais a partir de uma marca que os diferenciasses dentro do mercado de *souvenirs*, de forma geral. Este projeto, gestado ainda na legislatura do PAICV, começou a dar seus primeiros passos quando dessa legislatura sob a alcunha de RENDA – Rede Nacional de Distribuição do Artesanato –, realizando um trabalho muito semelhante ao do Mãos de Cabo Verde. Todavia, ele foi descontinuado pela gestão do MpD e, na sequência, reapresentado com o nome homônimo da certificação nacional, *Created in Cabo Verde*.

76 Este é um debate longo, denso e com distintos vieses para ser recuperado no espaço do presente texto. Para um apanhado sobre a questão, sugerimos a leitura da conclusão da dissertação de Vinícius Venancio (2020a, p. 227-239), na qual o autor complexifica o olhar binário dado à questão. Todavia, vale pontuar que a “ambivalência é característica da posição de Cabo Verde no Império Colonial. Grande fornecedor de funcionários de médio escalão para administração das outras colônias africanas, com um sistema educacional mais desenvolvido do que o das outras possessões portuguesas no continente, Cabo Verde sempre se debateu com o dilema de ser ou não África, com a obsessão de ser civilizado e de ter literatos que dominavam o que havia de mais casto na língua portuguesa, porém, sem nunca renunciar ao alarido, à balbúrdia e à polifonia murmurante que prevalece na tabanca, no batuque e, sobretudo, nas interações verbais da vida cotidiana” (Trajano, 2006, p. 25-26).

Paralelamente aos esforços de institucionalização governamental, a OMCV criou o selo Mãos de Cabo Verde, frequentemente veiculado segundo a ótica da produção de artesanatos “genuinamente” cabo-verdianos. Em uma conversa realizada entre nós três em meados de 2019, Vinícius perguntou a Eloisa o que seria, ou melhor, o que faria, pela perspectiva da OMCV, com que essas peças fossem “genuinamente cabo-verdianas”. Na época, ela explicou que

genuinamente cabo-verdiano são peças produzidas por mãos de cabo-verdianos, por mãos de mulheres cabo-verdianas. Então quando dizemos que essas peças são feitas por mãos de mulheres cabo-verdianas quer dizer que quem adquire essas peças está a ajudar e muito uma família – nem dizemos uma pessoa, dizemos uma família – porque aquela mulher é pobre, a pobreza em Cabo Verde é feminina. Então a nossa ênfase é essa, algo feito por mãos cabo-verdianas, mas também são peças que contam a história, porque essas peças em miniatura que nós estamos a fazer que servem de *souvenir* aos turistas, são peças que contam a história de Cabo Verde. Por exemplo, a nível das peças de cerâmica, nós temos pequenas painéis que inicialmente eram feitas de tamanhos normais, bem grandes e se usavam realmente para confeccionar a comida. Temos também os *bindes* que o seu formato normal também é bem grande e as pessoas usam para fazer um prato que é nosso que é o cuscuz.

E o que nós estamos a fazer, estamos a pegar todas essas peças e transformá-las em miniatura, em pequeninas, mas que são peças que contam a história de Cabo Verde. Então vamos passando a nossa história através das peças. É nesse sentido que dizemos que são genuinamente cabo-verdianos. São feitos por cabo-verdianos, são feitos em Cabo Verde, são feitos na maior parte com material daqui de Cabo Verde, com exceção do *panu di terra* que infelizmente já não temos algodão. Mas todo o resto é todo feito com o barro daqui, as pedras são daqui, as mulheres são daqui, fazem aqui e contam a nossa história. É muito diferente de uma peça que vem em um contentor, cinquenta peças iguais e está lá escrito Cabo Verde. Aquilo não fala de Cabo Verde. Enquanto que nós temos peças tradicionais, peças cada uma única, porque são moldadas a mão e cada uma tem lá o seu defeitinho, cada uma é feita à sua maneira. Não é nada feito em série. Fazemos questão de proteger [a tradição] também, ter as mais velhas a passar para as mais novas (Trecho da fala de Eloisa em conversa a três realizada na sede da OMCV no dia 13 de junho de 2019).

A partir do registro dessa fala de Eloisa, podemos traçar uma compreensão comum do que é o *souvenir* “genuinamente” cabo-verdiano. Aqui, compreendemos o artesanato “genuinamente” cabo-verdiano como aquele composto por peças produzidas em Cabo Verde; por mãos de cabo-verdianas – especialmente de mulheres cabo-verdianas; que representam detalhes da formação histórico-cultural do país; feitos (em sua maioria) com produtos extraídos da terra. São peças cujos formatos e matéria-prima remeteriam à identidade nacional do país, como fazem as *lembranças di terra* (Rovisco, 218, p. 714).

Ainda, há um elemento interessante para pensar a construção das biografias culturais desses objetos. Como bem aponta Samuel Spínola (2009, p. 76) em seu trabalho acerca do desenvolvimento do turismo em Cabo Verde a partir da segunda república,

o fabrico de objectos que tem utilidade no dia-a-dia fez com que o artesanato Cabo-verdiano reflectisse sempre as dificuldades resultantes da seca e dos poucos recursos naturais existentes. (...) [Assim], o artesanato por sua vez constitui um dos meios da promoção uma vez que praticamente todos os turistas e visitantes querem levar uma recordação do país, um objecto que traduzisse o quotidiano do povo, onde se materializam a cultura.

Assim, por representar as dificuldades do cotidiano das camadas populares, o artesanato “genuinamente” cabo-verdiano mostra ser muito mais do que aquelas peças feitas por mãos cabo-verdianas e que contam a história e a cultura locais. Elas materializam a estrutura social do país a partir das suas vidas sociais, uma vez que a maior parte delas têm no *djunta mon* a sua base de feitura; elas levam elementos da terra, fazendo com que haja uma valorização dos territórios de onde se acreditava que pouco poderia ser extraído; as peças representam a desigualdade de gênero que empurra as mulheres chefes de família (monoparentais ou não!) para o mundo do informal; o “genuinamente” cabo-verdiano é, também, a materialização dos afetos e desafetos construídos no decorrer do processo de fabricação e de compra.

Ao fim e ao cabo, como boa parte dos elementos que são comoditizados dentro do universo da cultura popular, os artesanatos/*souvenirs* também precisam ser buscados no que haveria de mais “tradicional” no país, de forma manual. É através dessa narrativa que se constrói a diferenciação entre o “genuinamente” cabo-verdiano e o não genuíno, especialmente se essa peça desprovida de autenticidade for feita em larga escala. Em um contexto macro no qual itens industrializados são produzidos aos milhares e sem diferenciação de

um para o outro, como é o caso dos produtos provenientes da China, a produção manufaturada dos *souvenirs* “genuinamente”, feita individualmente, garante a essas peças uma biografia cultural, nos termos de Kopytoff (2008), singular. Esses artesanatos podem atizar o desejo daqueles que vêm em busca do “exótico”, do “único”, do “singular”, do “verdadeiramente” cabo-verdiano, ideias recorrentes entre turistas do norte global que possuem o sul global como rota de destino turístico (Piscitelli, 2002).

Outrossim, o que queremos dizer é que para ser “genuinamente” cabo-verdiano, a biografia cultural de cada peça tem que ser dotada não só da história daquele país, ela precisa reproduzir toda a estrutura social que marca os contextos nos quais as peças são produzidas. O *souvenir* “genuinamente” cabo-verdiano precisa remeter ao âmago da sua terra natal e de seu povo⁷⁷. Ele se constrói como essencialmente nacionalista não apenas porque através dele se pretende eliminar – ou ao menos diminuir – as ficções visuais (Steiner, 1994, p. 35) criadas pelo artesanato da costa ocidental africana, que homogeneízam o continente africano, como se tudo fosse savana, leão e elefante. Ele segue a estética nacionalista, como o “uso corrente das cores da bandeira nacional e da inscrição do nome do país nos objetos” (Rovisco, 2019, p. 716), porque as comunidades emigradas no exterior são “consideradas como importantes segmentos de um mercado étnico para produtos cabo-verdianos” (Furtado, 2012, p. 148).

Não obstante, não queremos aqui recorrer a uma ideia essencialista do que seria a “cabo-verdianidade” presente no artesanato “genuinamente” cabo-verdiano. Entendemos o “genuinamente” cabo-verdiano de forma similar ao que Sherry Ortner propõe para o termo autenticidade. Para a autora,

autenticidade é outro termo altamente problemático, na medida em que parece presumir uma crença ingênua na pureza cultural, em culturas intocadas cujas histórias não são contaminadas pelas de seus vizinhos ou do Ocidente. Não faço tais presunções; no entanto, deve haver uma maneira de falar sobre o que os Comaroffs chamam de “a história endógena dos mundos locais” (1992, p. 27), em que as peças da realidade, por mais emprestadas ou impostas por outros, são tecidas juntas por meio de a lógica

77 Um exemplo interessante que podemos usar comparativamente é o das lanças Samburu. Elas são vistas como “uma rica fonte de metáfora relativa à virilidade, proeza, masculinidade e inserção nos valores do pastoralismo e na faixa etária” (Kasfir, 1999, p. 81, tradução nossa). Ou seja, como os *souvenirs* “genuinamente” cabo-verdianos, as lanças Samburu são a materialização de quem eles são.

da própria bricolagem local e historicamente desenvolvida de um grupo. É isso que entenderei por autenticidade nas discussões que se seguem, quando me volto para uma consideração de parte da literatura recente sobre resistência (Ortner, 1995, p. 176 – tradução nossa).

A partir desse ponto, cabe pontuar uma questão central nas reflexões sobre o artesanato “genuinamente” cabo-verdiano. Se em meio a uma lógica turística que funde uma democracia apresentada como estável – ou seja, “europeizada” e que destoaria da realidade encontrada em outros países africanos –, com uma exotividade da cultura e paisagem – itens de desejo dos turistas majoritariamente brancos –, poderíamos ler, de uma maneira rápida, que a emergência do campo do artesanato “genuinamente” cabo-verdiano seria uma tentativa de desafricanizar o comércio cabo-verdiano de *souvenirs*.

Contudo, a produção de um artesanato “genuinamente” cabo-verdiano que pretende rivalizar com as peças produzidas em outros países traz uma complexidade que demanda que sigamos para além de um pensamento binário. Esse artesanato, que é definido como aquele que é feito por mãos cabo-verdianas, que conta a história do país e que, preferencialmente, seja confeccionado com produtos extraídos de lá, não deixa de remeter à “África”. Isso porque as principais peças elencadas como genuínas são representadas, dentro da historiografia nacional, como objetos cujo processo produtivo foi levado para as ilhas de Cabo Verde por pessoas africanas do continente que aportaram naquelas terras na condição de escravizadas, especialmente as peças de olaria, panaria e cestaria (IIPC, 2007). O fato de a maior parte das cooperativas e associações de artesãos que produzem os *souvenirs* “genuinamente” cabo-verdianos estar localizada na Ilha de Santiago, considerada em discursos nacionais como a mais africana das ilhas, também ajuda a tensionar essa questão⁷⁸.

Ainda, em conversas realizadas por Vinícius com comerciantes de *souvenirs* na cidade da Praia, a maioria delas foi em uníssono quanto a uma questão: a grande rivalidade que os *souvenirs* “genuinamente” cabo-verdianos encontrariam no mercado do turismo é frente aos produtos chineses.

78 Gabriel Fernandes (2002, p. 90) aponta que, por conta do forte legado escravocrata presente na Ilha de Santiago, esta ficou conhecida por ser a mais africana de todas e seus habitantes passaram a ser chamados de *badius*, termo no crioulo cabo-verdiano que remete aos escravizados que fugiam para o interior da ilha no período colonial e que atualmente é utilizado pelos habitantes das outras ilhas, especialmente São Vicente, de forma depreciativa.

Isso acontecia porque ambos reproduziriam uma característica crucial para a maioria dos turistas⁷⁹: o fato de serem em miniaturas. Se comparado com as estatuetas e máscaras originárias da África Ocidental, os primeiros são muito mais fáceis de serem transportados. Não à toa é possível encontrar artesanos senegaleses e guineenses nas principais associações da área em Santiago.

E é neste ponto que a singularidade da manufatura acima mencionada entra com força. Até as comerciantes da África continental unem-se aos cabo-verdianos para criticar os produtos chineses. Para uma delas, com quem Vinícius conversou durante o seu trabalho de campo, o produto “chinês não tem qualidade, pode ser bonito até, mas não tem qualidade”. Se frente aos produtos importados por senegaleses e guineenses o *souvenir* “genuinamente” cabo-verdiano teria no tamanho a sua vantagem, no que tange aos chineses seria a sua biografia cultural singular. Assim, chamariam mais atenção no comércio de *souvenirs*. Contudo, nesse contexto de fusões e fissões de solidariedades e concorrências, a produção cabo-verdiana ainda enfrenta fortes desafios para se estabilizar no mercado, seja com os antigos e já estabelecidos concorrentes, seja com o aparecimento de novos. Vejamos quais são eles.

As dificuldades no comércio nas Ilhas do Sol e o impacto da pandemia da Covid-19

Embora o *locus* de produção dos artesanatos do Mãos de Cabo Verde seja as Ilhas do Fogo, Santiago e Santo Antão, o destino principal das peças são as Ilhas da Boa Vista e do Sal – as Ilhas do Sol (além de mar e areia).

79 Dona Floripes, renomada artesã residente em Santiago, dividiu os turistas em quatro grupos gerais. “O primeiro deles seria o das turistas de mochila, que costuma chegar na ilha em busca de aventuras ligadas ao ecoturismo e raramente compram suvenires, visto que elas não teriam muito poder econômico. Elas costumam ficar em hospedagens bem baratas para economizar o máximo possível. O segundo grupo seria formado pelas turistas de cruzeiro, que, assim com as primeiras, também comprariam muito pouco. Este grupo seria formado por pessoas idosas que quase não teriam interesse neste tipo de compra, ainda mais com paragens tão rápidas. O terceiro grupo seria formado pelas turistas em missão, que seria um bom grupo, já que muitas vezes eles se encontram em atividades oficiais e levam – ou por iniciativa delas ou do governo cabo-verdiano – suvenires para firmar as relações entre os países, assim como entre as pessoas. Por último, Dona Floripes apresentou as turistas de avião, que estariam lá apenas para curtir as férias, sem muita preocupação, e seria o melhor grupo de todos, sendo aquele que mais gastaria” (Venancio, 2020a, p. 201). Ainda, vale pontuar que quase 70% dos turistas em 2018 eram provenientes do Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Holanda, França, Portugal e Itália (INE-CV, 2019, p. 12).

Juntas, essas duas ilhas concentraram o recebimento de 75% do total de turistas que aportaram no arquipélago em 2018 (INE-CV, 2019, p. 12) e 90% das dormidas dos estrangeiros que foram para o país em 2017 (INE-CV, 2018).

Para alcançar esse público, o Mãos de Cabo Verde produziu múltiplos materiais publicitários: há adesivos que são colados na frente das lojas onde os produtos da marca estão presentes, *flyers*, dobráveis e o site. Ainda no além-mar, a ONG italiana *Persone Come Noi* promove a divulgação do projeto em agências de turismo europeias. Desta forma, os produtos chegam aos turistas antes de sua viagem, como foi o caso de uma moça espanhola que, ainda antes de chegar ao destino turístico, entrou em contato com Eloisa e Carla na OMCV em busca de mais informações sobre os produtos, acabando por conhecer algumas das sedes das cooperativas do projeto.

Como as Ilhas do Sol são o foco principal do projeto, o primeiro contato com o público se deu na ExpoTur de 2015, uma feira de turismo que ocorreu no Sal. Nos momentos iniciais de conquista do público, Eloisa e Carla notaram uma reticência dos lojistas – especialmente por grupos relacionados aos hotéis das ilhas – para com o artesanato produzido em Cabo Verde. A justificativa apresentada por eles se referia a uma má experiência anterior, na qual artesãos cabo-verdianos não teriam cumprido com as demandas e prazos estabelecidos, fazendo com que a prioridade fosse dada, então, para os chineses e africanos da costa, que produziriam mais e com maior velocidade. Este foi um problema que aos poucos vinha sendo contornado até a eclosão da pandemia da Covid-19.

No início de 2019, a marca associou-se à loja Djunta Mo Art na rua Pedonal da vila de Santa Maria, na Ilha do Sal, que atua na posição de sua revendedora na ilha. A loja em questão já tem o seu reconhecimento na ilha e uma vasta experiência de trabalho em relação à venda no mercado turístico, sendo o destaque na Ilha do Sal apresentado pela edição de dezembro da Revista Binter⁸⁰, companhia aérea que realizava os voos interilhas de Cabo Verde antes da pandemia. Para além de vender as peças, a Djunta Mo Art realiza um contato direto com os turistas, fornecendo recomendações, informações e orientação sobre os produtos da marca.

Como a Ilha do Sal possui uma quantidade considerável de resorts do estilo *all inclusive*, a oferta dos produtos dentro deles é fundamental para

80 A informação está disponível em: https://issuu.com/bintercabo Verde/docs/nt_cabo_verde_6 página 29. Acesso em: 15 dez. 2021.

a expansão do projeto. Por isso, ainda em 2019, os produtos começaram a ser vendidos nos hotéis do grupo Meliá e no Hotel Farol, com uma loja gerida pela Djunta Mo Art contendo todos os produtos feitos pelo Mãos de Cabo Verde. Para além dos hotéis, vendem-se os produtos também aos pequenos vendedores e revendedores na ilha. Toda essa capilarização do Mãos de Cabo Verde pela Ilha do Sal é resultado do trabalho de visibilidade e comunicação feito pelos executores do projeto, nomeadamente Carla e Eloisa, e pela revendedora na ilha.

Em relação aos estabelecimentos hoteleiros, a política de venda nas lojas que estão dentro deles pode ocorrer de duas formas. A primeira se dá mediante o aluguel da loja para ser explorada por uma só pessoa, o que, para a situação do Mãos de Cabo Verde, é economicamente inviável. A segunda possibilidade é a de que o hotel seja responsável pela sua própria loja. Neste caso há duas questões principais. Uma tem relação com a pouca variação dos produtos do Mãos de Cabo Verde demandados, uma vez que os hotéis visam evitar riscos e pedem somente os que possuem maior saída e estragam menos no trajeto. A segunda diz respeito ao risco de entrar em competição direta com outros produtos, especialmente os produtos importados, como ocorre no Hotel Riu.

É justamente a partir desse contato direto com os revendedores e clientes que surge o espaço para *feedbacks*, críticas e comentários positivos, espaço mediado por Carla através do qual é possível refletir sobre os pontos em nível de produção que devem ser melhorados. As próprias artesãs – especialmente as mais velhas – indicam que a ampliação no número de artesãs teria levado a um “decrécimo da qualidade das peças” (Rovisco, 2018, p. 710), muito embora ela também possa indicar o aumento da concorrência e do discurso de autoimportância. Em consonância com essa fala, as principais demandas que são feitas para a seção administrativa do projeto dizem respeito à parte do acabamento e da embalagem das peças. No acabamento, é de se referir sobretudo às peças de cerâmica. Como observado por Carla, os turistas estariam mais acostumados com as cerâmicas brasileiras, que seriam mais lisas e bem definidas. Por isso, é importante colocar mais vida nas peças, dar mais forma e sentido às estatuetas antropomórficas, por exemplo. Todavia, essa demanda pode gerar um impasse, visto que uma das maiores preocupações do projeto era não perder a identidade das peças destinadas ao turismo, no sentido de não as modernizar muito, como não pintar as cerâmicas (Madureira, 2012), trazendo um problema a ser solucionado por todas as partes envolvidas na confecção e comercialização das peças.

Com relação às embalagens, percebe-se no terreno que os saquinhos plásticos nos quais as pulseiras e colares de cerâmica são vendidos, produtos estes com muita saída, não são cativantes, como apontou a representante da loja Djunta Mo Art à coordenadora do projeto. Ao lado dos adornos de cerâmica, há também, entre os mais vendidos, os produtos feitos de pedra vulcânica, principalmente os *esplantes*, *funcos* e tartarugas – animal símbolo do país. A grande dificuldade encontrada com eles é definir um único tamanho para todos, tendo em vista que, ao contrário das peças de cerâmica, as de pedra vulcânica não contam com moldes e, somado a esse fator, nem sempre são produtivas coletivamente como as primeiras.

Em contrapartida com os dois, o *panu di terra* já tem menor saída. Suas vendas tendem a aumentar se os vendedores explicam a sua origem aos compradores que, ao verem a relação histórica deste com o processo de povoamento de Cabo Verde, tendem a demonstrar mais interesse pela panaria. Os *panus* mais procurados são os tecidos com as cores da bandeira de Cabo Verde (azul, branco e vermelho) e aqueles em cores vivas – fugindo do tradicional preto com branco. As dificuldades em vender o *panu di terra* e demais produtos feitos a partir dele refletem a tarefa complicada que é comercializar os produtos “genuinamente” cabo-verdianos na ilha, visto que ele dista dos “tecidos africanos” que povoam o imaginário coletivo. No Sal – e de forma muito semelhante na Boa Vista –, os produtos mais disponíveis, e por seu turno mais vendidos, são os chineses. Ainda, as lojas de ambas as ilhas vendem, em sua maioria, produtos senegaleses e também produtos feitos no Brasil⁸¹, ambos com o nome Cabo Verde talhado/marcado em si.

Como observado por Carla, na Boa Vista o processo de inserção da marca estaria ainda mais lento, sem a mesma representatividade que é encontrada no Sal, que, em termos de quantidade de lojas de *souvenirs* “genuinamente” cabo-verdianos, ainda é baixa frente à presença massiva de africanos da costa e outros. Já na cidade da Praia, além da sede da OMCV no Plateau, que conta com duas estantes na recepção do prédio onde eram expostas as peças, outras duas outras lojas eram colaboradoras, a Lembranças di Terra (que encerrou

81 Mesmo que a conexão direta Cabo Verde - Brasil via Cabo Verde Airlines (a antiga TACV – Transportes Aéreos de Cabo Verde) tenha sido suspensa no início de 2020, com a eclosão da pandemia de Covid-19, e não tenha voltado a funcionar até o início de 2023 para esse destino, essa é uma rota clássica para o comércio cabo-verdiano, especialmente nos momentos em que a moeda brasileira está desvalorizada frente ao euro (Venancio, 2017).

as atividades por conta da pandemia da Covid-19) e a Arte Galeria e Café, sem contar as cooperativas que também vendem os *souvenirs* em suas sedes no interior da Ilha de Santiago.

No que diz respeito às dificuldades encontradas para o bom desenvolvimento do Mãos de Cabo Verde, há os constrangimentos em nível de venda interilhas. Este tem sido um desafio grande para a logística do projeto, sobretudo porque, dada a característica insular do país, não existem políticas para facilitar o envio das peças de uma ilha para outra, além de fazer dos atrasos nas entregas algo recorrente. Para complexificar a situação, o valor cobrado nos pacotes de envio costuma ser caro, não existindo uma conciliação/parceria entre os artesãos e os correios no sentido de facilitar a distribuição e o envio das peças, fazendo com que o preço final seja pouco competitivo frente aos produtos chineses e dos demais países africanos. E caso haja danos nas peças durante o processo de envio, o correio não se responsabiliza. Assim, não existe garantia em relação à qualidade dos produtos.

Para além dos desafios já postos, a pandemia da Covid-19 trouxe novas adversidades para o andamento do projeto. Como aponta Venancio (2020b) em um balanço a respeito dos impactos iniciais do Coronavírus em Cabo Verde, o país passou, em 2020, por severos fechamentos de fronteiras, suspensão de voos e *lockdowns* de hotéis inteiros que possuíam hóspedes e/ou funcionários que testaram positivo para a infecção. Na altura, as atividades de corte e costura do próprio Mãos de Cabo Verde foram readaptadas para a produção de máscaras, que eram distribuídas pela comunidade.

Passado o momento de desconhecimento inicial e com o avanço da vacinação, o cenário do turismo em Cabo Verde começou a se reerguer ao fim de 2021, devido à disponibilização de vacinas. Contudo, a recepção de turistas ainda não retornou ao patamar pré-pandemia, dada a emergência de novas cepas da Covid-19, alto preço das passagens aéreas e o xenorracismo direcionado aos países africanos, que, em sua maioria, foram colocados à margem do comércio mundial de vacinas. Em razão disso, ocorreu uma mudança curiosa no perfil dos primeiros turistas pós-reabertura pandêmica que aportaram no país: chegaram à Ilha do Sal pessoas que vieram da Polônia em voos fretados em direção aos hotéis RIU, Belorizonte, Odjo D'Água e Salina, mostrando um novo fluxo de países da Europa Oriental para Cabo Verde.

Todavia, o principal problema para o projeto era o fato de que as principais lojas onde a Djunta Mo Art expõe os produtos da marca Mãos de Cabo Verde se encontravam dentro dos hotéis que permaneceram por muito

tempo fechados ou com baixa demanda. Embora a maioria dos hotéis já tenham reaberto, não há uma previsão certa de quando eles estarão preparados para voltar a receber o contingente de turistas que costumava aportar nas ilhas do Sol⁸².

Por isso, até meados de 2022, os produtos do Mãos de Cabo Verde eram mais vendidos aos residentes e imigrantes, com um preço sempre diferente daquele que entra no circuito do turismo. Assim, a maior parte das lojas abertas nas ilhas do Sol seriam de senegaleses, que ao contrário do visto na cidade da Praia (Venancio, 2020a, p. 112), não teriam interesse em vender o artesanato “genuinamente” cabo-verdiano nessas localidades. Desta forma, percebemos que todas as mulheres envolvidas na cadeia produtiva e comercial dos artesanatos “genuinamente” cabo-verdianos encontraram, no decorrer do seu trabalho, diferentes dificuldades para levar adiante os produtos que tenham a cara e a história do seu país.

Considerações finais: qual o lugar do *souvenir* “genuinamente” cabo-verdiano?

Após rememorarmos o percurso de construção, consolidação e desafios do Mãos de Cabo Verde, acreditamos que agora podemos arrematar a questão que levantamos lá no início: afinal de contas, qual a importância, no cenário cabo-verdiano, de mulheres produzindo *souvenirs* que sejam “genuínos” do seu país? O projeto Mãos de Cabo Verde surge em um contexto no qual integrantes da sociedade civil se veem na responsabilidade de sanar as desigualdades produzidas pelo regime de precariedades advindas do patriarcado capitalista heteronormativo da supremacia branca que estrutura de forma macro o sistema-mundo vigente.

Não queremos, com isso, dizer que esse sistema ocorre da mesma forma em todos os lugares do mundo – ou que podemos transplantar essa noção diretamente dos países do norte global para Cabo Verde. Seguimos, aqui,

82 Visitas e informações provenientes da Ilha do Sal apontavam, no final de 2021, que alguns grupos hoteleiros estariam sem previsão para abrir totalmente. Isto ocorre porque estes dependem muito do seu grupo forte de turistas, que são os ingleses. No entanto, a Inglaterra está em uma situação crítica em relação ao negacionismo e subsequente eclosão de casos por conta das novas variantes da Covid-19, levando ao cerceamento de fronteiras. Ainda, rumores apontam que alguns grupos hoteleiros teriam várias dívidas com os seus funcionários e com os seus fornecedores, como os de *souvenirs*.

a perspectiva de Akbari-Dibavar (2018). Para a autora, essa estrutura social se espalha – e adapta – a partir da globalização neoliberal, fenômeno este que ocorre apoiado em um processo marcado por gênero e raça (além de geolocalização, sexualidade, entre outros). Para o caso aqui em análise, vemos a sua agência quando homens brancos europeus lucram milhares de euros anualmente com as suas cadeias hoteleiras em Cabo Verde, enquanto as mulheres desse país sequer veem a cor do dinheiro que passou a movimentar 20% do PIB da sua pátria, trabalhando na maioria das vezes na seara informal da economia.

Por conta disso, propomos que o cenário da produção de *souvenirs* “genuinamente” cabo-verdianos, criado majoritariamente por mulheres do mundo rural desse país, não seja lido meramente como uma forma de “resistência” à entrada de produtos estrangeiros no mercado de *souvenirs* do país. Aqui, propomos que mais do que uma manifestação “espontânea” das camponesas cabo-verdianas pela recuperação das tradições, esta é apenas mais uma das formas de *dizaraska*⁸³ cotidiana dessas mulheres, que precisam lançar mão de duplas ou triplas jornadas de trabalho para garantirem a reprodução econômica das suas famílias, nas quais a maior parte delas ocupa a chefia. Em um contexto de escassez de trabalho formal, são as desigualdades de acesso à educação, saúde, capital migratório e a própria desigualdade de gênero em si que empurram essas mulheres para as atividades informais.

E, não curiosamente, mais uma vez são as mulheres cabo-verdianas, a partir da instabilidade e violências que a vida cotidiana apresenta a elas, que estão produzindo a nação e as imagens dela que circularão pelo mundo. Cabo Verde nasce do útero de mulheres africanas escravizadas (Monteiro, 2015) e se reproduz, biológica, material e simbolicamente, a partir das mulheres que vivem nesse país. No fim das contas, são as mulheres, mais uma vez, que estão se movendo, apesar de toda a estrutura social micro e macro, para construir a nação, ou, de alguma forma, suas imagens. E isso não acontece, mais uma vez, sem encontrar as dificuldades. Como apontado ao longo do texto, introduzir os produtos originais de Cabo Verde é uma batalha, e o mais complicado é competir com os produtos importados.

83 Dizaraska é uma variação crioula do termo “desenrascar”. No contexto santiaguense, ela tem uma forte ligação com as rabidantes, conjunto de mulheres que trabalham com os mais diferentes níveis de comércio e estão sempre procurando formas de garantir a reprodução econômica do seu agregado familiar, utilizando da sua habilidade em convencer possíveis clientes em um contexto em que o improvisado é necessário.

Mesmo com os limites, a importância de produzir *souvenirs* “genuinamente” cabo-verdianos dá-se pela contribuição que esse movimento fornece para romper com ficções racistas que homogeneízam o continente africano, assim como trazer as próprias mulheres cabo-verdianas para a rede de ganhos, que continuam sendo muito baixos. Desta forma, vemos como a tensa e violenta formação histórico-cultural crioula, que se deu a partir do encontro colonial entre europeus e africanos (escravizados), que enfrenta “a história colonial de Cabo Verde e a vontade da elite educada de fazer do país uma espécie de Portugal peculiar e insular” (Trajano Filho, 2014, p. 57), é enfrentada pelos mesmos mecanismos de precarização que a sustentam, fazendo com que haja, entre as camadas populares desse país, o desejo de traçar caminhos outros para representar a sua nação, de forma um tanto mais múltipla e alicerçada nas vivências e experiências dessas mulheres.

Referências

- AKBARI-DIBAVAR, Aytak. Gender, race, and international relations. *In: Race, Gender, and Culture in International Relations*. New York: Routledge, 2018. p. 58-79.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 311-373.
- CARREIRA, António. *Panaria Cabo-Verdeano-Guineense*: aspectos históricos e sócio-económicos. Praia: Instituto Caboverdeano do Livro, 1983.
- CASTILHO, Clara. 2014. Organização das Mulheres de Cabo Verde – OMCV. Disponível em: <https://aviagemdosargonautas.net/2014/03/09/cabo-verde-17/>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- CORREIA e SILVA, António Leão. *Dilemas de poder na história de Cabo Verde*. 2. ed. Lisboa: Rosa de Porcelana, 2014.
- DEARHAM, Kaitlin. As ONGs e o ativismo das mulheres **queer** em Nairóbi. *In: REA, Caterina; PARADIS, Clarisse Goulart; AMANCIO, Izzie Madalena Santos (Orgs.). Traduzindo a África queer II: figuras da dissidência sexual e de gênero em contextos africanos*. Salvador: Devires, 2020. p. 79-97.
- DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- ÉVORA, Iolanda. *Djunta-mon* em três tempos: pós-independência, imigração e transnacionalismo. Aspectos da experiência associativa cabo-verdiana. *In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, 10., 2009, Braga, Portugal. *Anais [...]*. Braga: Universidade do Minho, 2009.

EXPRESSO DAS ILHAS. AGÊNCIA LUSA. Cabo-verdianas lutam por artesanato nacional, contra souvenirs “made in” China. 18 ago. 2018. Observador. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/DFZ5w?fbclid=IwAR2JFuEzZr0PzoyDzqo2uZsKsmpu2JGKHYQYv-OokhLsucC9-T5nUKBJEIU>. Acesso em: 28 out. 2019.

FERNANDES, Gabriel. *A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

FORTES, Celeste. “Casa sem homem é um navio à deriva”: Cabo Verde, a monoparentalidade e o sonho de uma família nuclear e patriarcal. *Anuário Antropológico*, v. 40, n. 2, p. 151-172, 2015.

IIPC. Museu Etnográfico da Praia. *Catálogo da Exposição*. Ministério da Cultura: Cabo Verde, Praia, 2007.

INE-CV. Mulheres e homens em Cabo Verde. Factos e números. Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. 2017. Disponível em: <https://ine.cv/wp-content/uploads/2018/03/mulheres-e-homens-em-cabo-verde-factos-e-numeros-2017.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

INE-CV. *O turismo: dados estatísticos em Cabo Verde – 2017*. Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 2018.

INE-CV. *Estatísticas do Turismo – Inquérito aos gastos e satisfação dos turistas (IGST) – 2018*. Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 2019.

INFORPRESS. Sal: desestruturação familiar pode estar na base dos crimes de violência contra mulheres e crianças, diz primeira-dama. *Balai*. 10 dez 2021. Disponível em: https://www.balai.cv/noticias/atualidade/sal-desestrutacao-familiar-pode-estar-na-base-dos-crimes-de-violencia-contra-mulheres-e-criancas-diz-primeira-dama/fbclid=IwAR1sv_109mvZbqoCoC6U3dEsVzevBezi31sptNKRvnFpdebIS0oDzr-J6Ug. Acesso em: 14 dez. 2021.

KASFIR, Sidney L. Samburu souvenirs: representations of a land in Amber. In: PHILLIPS, Ruth B.; STEINER, Christopher B. (Orgs.). *Unpacking culture: Art and commodity in colonial and postcolonial worlds*. California: University of California Press, 1999. p. 67-83.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008. p. 89-121.

LOBO, Andréa de Souza. Sobre mulheres fortes e homens ausentes? Pensando conjugalidades como processos em Cabo Verde. *Sociedade e Cultura*, v. 19, p. 13-26, 2017.

MADUREIRA, Tânia Isabel Guimarães. *A revitalização da olaria em Trás di Munti e os seus significados locais: loiça pintada não é património?*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social e Cultural) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

MÃOS DE CABO VERDE. *Sobre nós*. 2018. Disponível em: <http://www.maosdecaboverde.com/sobre-nos/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

MONTEIRO, Eurídice Furtado. Entre os Senhores das Ilhas e as Descontentes: identidade, classe e género na estruturação do campo político em Cabo Verde. Cidade da Praia: Edições Uni-CV, 2015.

- ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DE CABO VERDE. *Caracterização da OMCV*. No prelo.
- ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DE CABO VERDE. s.d. *Productos Mãos de Cabo Verde*. (Folder).
- ORTNER, Sherry B. Resistance and the problem of ethnographic refusal. *Comparative studies in society and history*, v. 37, n. 1, p. 173-193, 1995.
- PISCITELLI, Adriana. Exotismo e autenticidade: relatos de viajantes à procura de sexo. *Cadernos Pagu*, n. 19, p. 195-231, 2002.
- SEMEDO, Carla Indira. “Mara sulada e dā ku torno”: performance, gênero e corporeidades no grupo de Batukadeiras de São Martinho Grande (Ilha de Santiago). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. Trad. de Iracema Dullei, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- VENANCIO, Vinícius. *Compra ali, vende aqui*: comércio transnacional e relações familiares em Mindelo – Cabo Verde. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- VENANCIO, Vinícius. *Created in Cabo Verde*: discursos sobre a nação na produção de souvenirs genuinamente cabo-verdianos na Ilha de Santiago. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, 2020a.
- VENANCIO, Vinícius. Dos souvenirs às máscaras de proteção: notas sobre turismo e produção de artesanatos em Cabo Verde em tempos pandêmicos. *Cadernos de Campo* (São Paulo – 1991), v. 29, n. supl, p. 225-234, 2020b.
- VENANCIO, Vinícius. “Mudjer ki ta trabadja na cerâmica ka tem maridu”: itinerários femininos nas olarias de Santiago Norte. In: VIEIRA, Miriam; ROCHA, Eufêmia. *Gênero em contextos cabo-verdianos*: trânsitos de pesquisa Brasil-Cabo Verde. Praia: UniCV Edições. 2021.
- ROVISCO, Eduarda. Da resistência africanista ao souvenir africano: artesanato, nação e fantasmagoria na Ilha da Boa Vista, Cabo Verde. *Etnográfica*, v. 21, n. 1, p. 5-26, 2017.
- ROVISCO, Eduarda. Lembranças da Terra: notas para uma etnografia da produção de artesanato nas cidades do Mindelo e da Praia, Cabo Verde. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, v. 58, p. 699-721, 2018.
- SILVA, Carmelita de Afonseca. *A Rede Sol e a Lei Especial contra a Violência Baseada no Gênero*: processos institucionais e narrativas de mulheres e homens em situação de violências conjugais em Cabo Verde. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- SILVA, Kelly Cristiane da. A cooperação internacional como dádiva: algumas aproximações. *Mana*, v. 14, p. 141-171, 2008.
- TRAJANO FILHO, Wilson. *Por uma etnografia da resistência*: o caso das tabancas de Cabo Verde. *Série Antropologia* (Brasília), v. 408, p. 6-34, 2006.